

Estudo e Planejamento

2019

ANEXO 7

TEXTO: CURRÍCULO FUNCIONAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DE 12 A 18 ANOS

PROFESSORES DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL

APRENDIZAGEM
EM FOCO

CURRÍCULO FUNCIONAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DE 12 A 18 ANOS

Maria Teresa Almeida Cerqueira¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica das idéias principais sobre a Educação Especial e suas mudanças, um histórico sobre Currículo e um enfoque sobre o Currículo Funcional. A pesquisa buscou através da intervenção pedagógica o acompanhamento da aplicabilidade de atividades contextualizadas, oportunizando a vivência das tarefas do cotidiano no ambiente escolar, denominadas AVPs (Atividades de Vida Prática) e AVDs (Atividades de Vida Diária); incluindo não só o asseio corporal e cuidados domésticos mas também atividades relacionadas ao lazer, transporte e vida social, através de ações conjuntas com a família e comunidade. Ajudar o educando a ser o mais independente possível na aquisição de hábitos e atitudes essenciais para a vida possibilitando que se torne útil e participante em seu meio familiar e social é um dos principais objetivos desta proposta. Os resultados obtidos vêm confirmar a necessidade e importância da aplicação de atividades funcionais para que o educando com maior grau de deficiência intelectual se desenvolva, melhorando assim a sua qualidade de vida. Portanto é importante a formação continuada dos professores, para que se atualizem e busquem alternativas, elaborando estratégias diferenciadas para atender as necessidades específicas dos educandos.

Palavras Chave: Educação Especial. Currículo Funcional. Autonomia. Atividades de Vida Diária. Atividades de Vida Prática.

¹ Maria Teresa Almeida Cerqueira é professora, com especialização em Educação Especial e atua na área de deficiência intelectual.

1 INTRODUÇÃO

Como valorizar os nossos alunos com necessidades educativas especiais por suas habilidades e não por suas limitações?

Na busca da resposta desse problema, pode-se argumentar que nosso jovem com deficiência intelectual como qualquer outro jovem, deve ser visto como ser ativo, capaz de cuidar de suas necessidades pessoais e colaborar nas atividades da casa e na comunidade.

No dia a dia observamos que, são grandes as dificuldades no desenvolvimento das atividades propostas, como também nos cuidados pessoais e principalmente na sua dependência como pessoa; como cidadão. Nestes últimos anos nossa escola especializada no atendimento a alunos com deficiência intelectual, tem recebido uma clientela com maior comprometimento e limitações, inclusive nas atividades de vida diária. Apresentam necessidades em adquirir maior autonomia na execução de tarefas simples, considerando que essas habilidades contribuirão para melhora de sua qualidade de vida.

O Currículo Funcional é uma proposta de ensino que visa à melhoria da qualidade de vida diária dos nossos educandos.

De modo geral, trata-se de um empreendimento de ensino projetado para oferecer oportunidades para nossos jovens aprenderem naturalmente habilidades que são importantes para torná-los mais independentes, produtivos e felizes em diversas áreas importantes da vida humana em família e em comunidade.

O currículo não deve ser concebido de maneira a ser o aluno quem se adapte aos moldes que oferece, mas como um campo aberto à diversidade. Tal diversidade não deve ser entendida no sentido de que cada aluno poderia aprender coisas diferentes, mas sim de diferentes maneiras ... (PASTOR. 1995 p. 142-14).

Nossa intervenção como professores nesse processo de mediação está baseada na credibilidade das mudanças. Entendemos que o educando e educador são modificáveis, havendo um processo de “troca”, estabelecendo-se um vínculo de respeito, amabilidade e conseqüentemente o processo de ensino e aprendizagem terá grande probabilidade de ser efetivado.

Através de estudos e pesquisas procurou-se compreender a importância do currículo no processo ensino-aprendizagem, dando um enfoque maior no Currículo Funcional, dentro da Educação Especial.

Este trabalho busca contribuir com o professor através de estratégias de ensino-aprendizagem e atividades funcionais a serem desenvolvidas com os educandos deficientes intelectuais; oportunizando a vivência das tarefas do cotidiano (atividades práticas e diárias) no ambiente escolar, possibilitando também o desenvolvimento de comportamento adequado para o convívio social.

O presente trabalho vem ao encontro com as necessidades dos educandos, a fim de que possam, construir sua cidadania e se tornarem indivíduos produtivos e participativos do processo de desenvolvimento pessoal e familiar.

1.1 OBJETIVOS

- Proporcionar atividades educativas e indicar estratégias aos educadores para o desenvolvimento de habilidades funcionais e conhecimentos que serão importantes para tornar a pessoa com deficiência intelectual independente e produtiva, conforme suas possibilidades na sua vida escolar, familiar e social.
- Educar, ensinar e instruir para a vida prática, proporcionando o desenvolvimento de comportamento e atitude adequados para o convívio social. Oportunizando a vivência das tarefas do cotidiano no ambiente escolar, denominadas AVPs (Atividades de Vida Diária) e AVDs (Atividades de Vida Prática) melhorando assim a sua qualidade de vida.

1.2 METODOLOGIA

Este projeto originou-se da observação direta, reflexão e registro sobre a prática pedagógica do professor de Educação Especial realizada em sala de aula de uma Escola Especial com alunos deficientes intelectuais que apresentam maiores dificuldades. Este trabalho destina-se a proporcionar atividades educativas e indicar estratégias aos nossos educandos que possibilitem o desenvolvimento de habilidades que serão importantes para torná-los mais independentes na

convivência do dia-a-dia, na comunidade escolar, familiar e social, onde estão inseridos.

A metodologia utilizada levará os alunos a vivenciarem experiências da vida diária em casa, na comunidade e na escola, para uma melhor qualidade de vida, envolveu a pesquisa bibliográfica e a pesquisa participativa. A pesquisa bibliográfica baseou-se em livros, documentos e artigos com o intuito de enriquecer o referencial teórico e conhecer melhor o tema em questão.

Reconhecendo que não há um único método ideal para todos os educandos, estaremos a par de diferentes metodologias e saberemos adaptá-las conforme as necessidades de cada aluno, visando o desenvolvimento de comportamentos e atitudes adequadas para o convívio social e também uma maior autonomia nas atividades de vida prática.

A pesquisa participativa envolve vínculos entre os pesquisadores e os pesquisados, podendo estabelecer um elo de conhecimento da realidade, o que permite um bom desenvolvimento qualitativo.

De acordo com MINAYO, DESLANDES e CRUZ NETO (2001, p.57), a pesquisa participativa é a fase de exploração de campo e o trabalho se apresenta como uma possibilidade de se conseguir uma aproximação com o que se deseja conhecer e estudar. É ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social, da qual seremos participantes do processo também. Buscando uma aproximação adequada com as pessoas selecionadas para o estudo, com a apresentação da proposta de estudo aos grupos envolvidos, uma comunicação verbal e prática diária com trocas positivas, onde cada dia de trabalho seja refletido e avaliado.

Esta pesquisa caracterizou-se como qualitativa, utilizando-se observações como instrumento, bem como as atividades realizadas pelos alunos:

- Práticas de produção de alimentos simples, de organização e limpeza na cozinha pedagógica. Normas de comportamento e higiene neste ambiente.
- Orientação nos diversos aspectos de higiene e principalmente aos seus cuidados pessoais.

Realização de atividades de psicomotricidade para o desenvolvimento da consciência corporal; locomoção, equilíbrio, organização espacial .

- Visitas orientadas a diversos locais onde possam ampliar seus conhecimentos e tornarem-se mais independentes.
- Realização de trabalhos manuais.
- Faremos também, leituras e análises de autores relacionados ao assunto estudado, os quais vão nos dar subsídios para desenvolver este trabalho.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL

No Brasil, nas últimas décadas, registram-se consideráveis avanços, resignificando a função da escola especial, que visa oferecer atendimento especializado restritamente a alunos que não apresentem nenhuma condição de freqüentar o sistema do ensino comum, conforme cita a lei 9397/96, no capítulo V da Educação Especial no §2º:

O atendimento educacional será feito em classes ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Assim como as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica no Art. 10 explicita que freqüentarão a Escola Especial:

Art. 10. Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

A escola especial em si mantém uma especificidade diferente do ensino regular, a qual primordialmente tem por objetivo cumprir sua missão de forma heterogênea. Tal especificidade garante a manutenção de determinadas funções que no paradigma incluso não é mais restrita à escola especial, mas é indiscutivelmente função prioritária desta do ponto de vista pedagógico. Segundo as mesmas Diretrizes e mesmo caput em seus parágrafos:

§1º As escolas especiais, públicas e privadas, devem cumprir as exigências legais similares às de qualquer escola quanto ao seu processo de credenciamento e autorização de funcionamento de cursos e posterior reconhecimento.

§ 2º Nas escolas especiais, os currículos devem ajustar-se às condições do educando e ao disposto no Capítulo II da LDBEN.

§ 3º A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno, a equipe pedagógica da escola especial e a família deve decidir conjuntamente quanto à transferência do aluno para escola da rede regular de ensino, com base em avaliação pedagógica e na indicação, por parte do setor responsável pela educação especial do sistema de ensino, de escolas regulares em condição de realizar seu atendimento educacional.

O aluno atendido nesta modalidade não apresenta nenhuma condição de autonomia e independência para freqüentar o ensino regular, mesmo que lhe seja ofertado currículo adaptado e funcional, por conseqüência de quadros neurológicos ou psiquiátricos específicos.

Com base nos dispositivos legais e referenciais apresentados, a educação especial se consolida e passa a ser um compromisso social a partir da organização de uma prática pedagógica, perpassando pelos diferentes níveis de escolarização e evidenciando que esta não pode ser organizada de forma isolada, mas no conjunto da compreensão da totalidade pedagógica e interfaces do ensino básico.

Hoje na educação especial é de suma importância ressaltar a Declaração de Salamanca, elaborada em 1994, onde se encontra expresso o princípio de integração e a preocupação com a garantia de escolas para todos. Em seu artigo 3º incentiva os governos a realizarem algumas ações de melhorias na rede de ensino e solicita que os países signatários desta Declaração considerem com seriedade os aspectos abaixo citados:

- O princípio de igualdade de oportunidades;
- Adoção de medidas paralelas e complementares às educacionais, nos outros campos de ação social (saúde, bem estar social, trabalho etc);
- Inclusão das crianças com deficiências nos planos Nacionais de Educação para Todos;

- Especial atenção às necessidades de crianças com deficiências graves ou múltiplas deficiências;
- Consideração da importância da linguagem;

Mais adiante, no artigo 7º da mesma Declaração, lê-se a seguinte afirmação:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos estilos e ritmos de aprendizagem a assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades. Na verdade existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (1994).

Isto nos remete à importância da escola manter um ambiente sadio e acolhedor, capaz de adaptar-se e buscar meios para que os seus alunos sejam cidadãos bem sucedidos e capazes de atuar criticamente na sociedade.

Com o reconhecimento oficial do direito da pessoa com deficiência intelectual ao acesso no ensino regular, as escolas inclusivas propõem um modo que constitui o sistema educacional, considerando as necessidades de todos os alunos e estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas a todos: professores, alunos e pessoal administrativo – para que se obtenha sucesso na corrente educativa geral. O impacto dessa concepção é considerável porque ela supõe a abolição completa dos serviços segregadores

3.1 CURRÍCULO

Enfocado como um problema prático, o currículo, no Brasil, demorou a alcançar um nível de discussão sociológica. Mas, na década de 1980, neste país, houve um progresso notável. O debate foi aceso e abrangente. A educação popular ganhou espaços na reflexão e na prática pedagógica, bem como um nível teórico. Além das teorias crítico-sociais, o construtivismo teve grande aceitação nos meios

educacionais brasileiros (e prossegue tendo, em larga escala). As propostas curriculares oficiais avançaram muito em seus aspectos teóricos, ensejando práticas conseqüentes, ainda que tenhamos a convicção de que as práticas ficaram muitas aquém das teorizações. A tendência mais coerente é a de adotar um currículo crítico ou, ao menos, uma postura crítica diante das questões curriculares.

O currículo tem história recente. Ainda que seja um termo utilizado desde a Antigüidade clássica, como é hoje entendido, o currículo começou a fazer história apenas nas últimas décadas. Se por algum tempo (até a década de 1960) as questões curriculares estiveram desconectadas dos problemas sociais, a partir de então, com as Novas Sociologias Educacionais, começando pela Grã-Bretanha, pela França, este enfoque, o sociólogo, se espalhou pelo mundo todo, chegando ao Brasil pelo fim da década de 1980.

De acordo com o parecer da Lei de Diretrizes e Bases incumbe à união em estabelecer diretrizes norteadoras para o ensino básico. Incumbe às secretarias e conselhos Estaduais e Municipais de Educação na definição de prazos e procedimentos para que os estabelecimentos de ensino implementem suas propostas curriculares, compatíveis com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96 LDB de 20 de dezembro de 1996.

Os princípios políticos educacionais da SEED baseiam-se nos seguintes eixos norteadores, conforme o texto de introdução das Diretrizes Curriculares: a) compromisso com a diminuição das desigualdades sociais; b) articulação das propostas educacionais com desenvolvimento econômico, social, político e social da sociedade; c) defesa da educação básica e da educação pública, gratuita e de qualidade, como direito fundamental do cidadão; d) articulação de todos os níveis e modalidades de ensino; e) compreensão dos profissionais da educação como sujeitos epistêmicos; f) acesso, permanência e a sucessão de todos os alunos na escola; na valorização do professor e de todos os profissionais da educação; g) trabalho coletivo e gestão democrática em todos os níveis institucionais; h) atendimento às diferenças e à diversidade cultural.

A Escola Pública tem a necessidade de uma organização de ensino que tenha como referência a construção de aprendizagens significativas para o desenvolvimento do ser humano e o exercício consciente da cidadania pela coletividade.

Neste contexto, o currículo envolve outros três: Quais sejam: currículo formal – plano e propostas pedagógicas, currículo em ação – aquilo que efetivamente acontece nas salas de aula e nas escolas e currículo oculto – o dito, aquilo que tanto aluno quanto professores trazem, carregado de sentimento, criando as formas de relacionamento, poder e convivência nas salas de aula.

Este paradigma curricular é uma forma de organizar princípios éticos, políticos e estéticos que fundamentam a articulação entre as áreas do conhecimento e aspectos da vida da cidadã.

A base nacional comum: refere-se ao conjunto de conteúdos mínimos das áreas do conhecimento articulados aos aspectos da vida cidadã de acordo com o artigo 26 da LDB, por ser a dimensão obrigatória dos currículos nacionais – certamente âmbito privilegiado da avaliação nacional do rendimento escolar. A base nacional comum deve preponderar substancialmente sobre a dimensão diversificada. É certo que o artigo 15 de LDB indica um modo de se fazer à travessia, em vista da autonomia responsável dos estabelecimentos escolares. A autonomia, como objeto de uma escola consolidada, saberá resumir a sua proposta pedagógica (artigo 12 da LDB) a integração da Base Nacional comum e da parte diversificada, face às finalidades da educação fundamental.

A Parte Diversificada envolve os conteúdos complementares escolhidos por cada sistema de ensino e estabelecimentos escolares, integrado à Base Nacional Comum, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, referindo-se, portanto na Proposta Pedagógica de cada Escola conforme artigo 26 LDB.

Os conteúdos mínimos das Áreas do Conhecimento referem-se às noções e conceitos essenciais sobre fenômenos, processos, sistemas e operações, que contribuem para a constituição de saberes, conhecimentos, valores e práticas sociais indispensáveis ao exercício de uma vida de cidadania plena.

Assim sendo, em todas as escolas, deverá ser garantida a igualdade de acesso dos alunos a uma Base Nacional Comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade de ação pedagógica na diversidade nacional; a Base Nacional comum e sua Parte Diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer a relação entre a Educação Fundamental comum.

Hoje, as questões curriculares estão intimamente conectadas aos problemas sociais e, em dias mais recentes, aos aspectos culturais. Uma pedagogia crítica

para formar cidadãos capazes de exercer poder sobre suas vidas e especialmente sobre as condições de produção e aquisição de conhecimento. Que buscam refletir sobre os conteúdos manifestos e ocultos na realidade social e escolar deve estar articulado à prática escolar, para que nesta se possam problematizar as relações do poder que ocorrem nas diferentes trocas, linguagens, tempo e espaços sociais.

Segundo DE LA TORRE (1993, p.138) o modelo holístico do currículo, agrupa os diferentes conceitos curriculares em três dimensões: reflexão, estratégias e ação, que correspondem às três dimensões da estrutura curricular: projeto, processo e ação, com uma clara interdependência entre elas.

Essa concepção holística nos leva a considerar o currículo como um fator de mudança. Um currículo, portanto, transformador e aberto, em que predomine a complexidade, a heterogeneidade e a diversidade frente à simplicidade, homogeneidade e uniformidade.

É necessário refletir sobre a necessidade de um currículo intercultural, que assume as propostas da pedagogia intercultural, as quais buscam superar aquelas pedagogias que trataram as relações culturais sob a ótica de uma cultura dominante e assimiladora das minorias, dissolvendo suas tradições em favor das hegemônicas. BARRON (1992, p.231) estabelece uma série de competências prioritárias a ser desenvolvida por um currículo intercultural:

1. Competências para a comunicação intercultural e o trabalho em equipe: Centrada na promoção de projetos de trabalho conjunto, nos quais a diferenciação cultural não implica a separação de seus membros. Ainda que tal separação tenda a se formar de modo natural, por razões de afinidade e semelhança cultural, a intervenção educativa deve promover o intercâmbio intercultural, compartilhando valores, preocupações universais e uma educação igualitária para todos.
2. Consciência crítica e ética que permita superar as atitudes de discriminação. Trata-se de unir a crítica e a ética para criar um sistema de intervenção pedagógica que permita ordenar a ação social e política para desenvolver uma sociedade mais justa, igualitária e livre, mediante a promoção da comunicação, da auto-realização e da solidariedade. As áreas transversais do currículo oferecem uma oportunidade para realizar essa tarefa.

3. Comportamento autônomo e solidário: entendendo a necessidade inevitável dessas dimensões como formadoras do desenvolvimento humano, tanto individual como social.

Em Currículo, cultura e sociedade MOREIRA E SILVA (1994), rejeitam o conceito de currículo como um rol de coisas a serem transmitidas e absorvidas com passividade. O currículo é, antes, “um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”.

MOREIRA E SILVA (1994) afirmam que o currículo escolar constitui um marco, uma moldura que delimita a inserção das crianças em sistemas de significação, nos quais elas representam coisas, nos quais partilham significados e nos quais ampliam sua compreensão da “realidade”. Pelo uso dos signos e da linguagem é que representamos o mundo e lhe damos significado, atribuímos determinados sentidos aos seus objetivos e aos seus eventos.

Ao caracterizar deste modo as práticas curriculares, querem apontar para o imperativo de vê-las articuladas como o conjunto de práticas sociais que constituem não apenas a escolarização, mas toda a experiência que nos constitui como sujeitos. É preciso lembrar que as crianças interagem com outros artefatos culturais, na mídia, nas relações sociais, elas vivem imersas numa teia discursiva, num universo de significados que transcende ao espaço da escola.

O modelo curricular, bem como o seu desenvolvimento, deve ser uma função de todo o meio ambiente da criança, não apenas o da escola e dos aspectos da cultura generalizada. Devem ser incluídos aspectos sócio-culturais de dentro e de fora da escola. O currículo deve tratar de recreação, saúde, atividades criativas, ajustamento em casa, bem como da solução de problemas e situações que envolvam tarefas na sala de aula.

Os conteúdos da escolaridade são definidos, em todos os níveis e modalidades de ensino, a partir dos problemas encontrados no cotidiano, possibilitando a transformação da compreensão sobre o vivido e oportunizando a construção de conhecimentos significativos, que se reorganizam na relação entre os conceitos cotidianos e científicos.

3.1.1 Currículo Funcional

O Currículo Funcional é uma proposta de ensino que visa à melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência mental. De um modo geral, trata-se de um amplo empreendimento de ensino projetado para oferecer oportunidades para os alunos aprenderem, as habilidades que são importantes para torná-los independentes, competentes, produtivos e felizes em diversas áreas importantes da vida, familiar e em comunidade. A idéia básica é que o ensino esteja orientado para promover a interação positiva desse aluno com o meio em que vive.

Currículo Funcional é aquele que facilita o desenvolvimento de habilidades essenciais, a participação em uma grande variedade de ambientes integrados (FALVEY, 1982).

Para determinar se uma atividade curricular é funcional ou não, o professor deve se perguntar: caso o aluno não aprenda a desempenhar esta atividade, alguém terá que fazer isto, para ele? Se a resposta for sim, a atividade muito provavelmente será funcional (FALVEY, 1982).

É muito importante que estes alunos adquiram e desempenhem outras atividades que não sejam funcionais, uma vez que elas irão melhorar a sua qualidade de vida. Habilidades de recreação e lazer é um bom exemplo (BROWN et al, 1986).

A oportunidade de fazer escolhas, tomar decisões e expressar preferências são aspectos bastante negligenciados em programas educacionais para as pessoas com limitações intelectuais (SHEVIN & KLEIN, 1984; GUES et al, 1985; FALVEY, 1989).

Desta forma, três contextos de oportunidades de escolha devem ser considerados (SHEIVIN & KLEIN, 1984).:

- Atividades de classe planejadas para o desenvolvimento de habilidades específicas de escolha;
- Integração das oportunidades de fazer escolhas durante o período escolar através das diferentes áreas curriculares;
- Provisão de oportunidades dentro e fora da escola para o aluno vivenciar os benefícios e conseqüências das escolhas feitas

Partindo do pressuposto que educação não é só “escolaridade” no sentido de conteúdos meramente acadêmicos, e que todas as pessoas podem beneficiar-se da educação sistemática e assistemática, Notadamente junto aos alunos com deficiência consideradas mais graves surgiu a necessidade de se trabalhar, sob uma ótica educacional, também as chamadas “atividades de vida diária” e “as atividades de vida prática” oportunizando aos alunos maior independência e autonomia em seus hábitos e atitudes, possibilitando à pessoa sentir-se útil. Incluindo não só os asseios corporais e cuidados domésticos, mas também as atividades relacionadas com o lazer, a vida comunitária, o transporte e tantas outras.

O Currículo Funcional é uma proposta que aponta caminhos para o aluno, à sua maneira e com o auxílio da família e de professores, tenha participação social e melhor autogestão na vida. Para atingir as metas no Currículo Funcional, torna-se importante a participação da família e à interação amistosa entre o professor e o aluno que são os agentes do processo ensino-aprendizagem.

Para elaborar e implementar um empreendimento de ensino funcional é importante organizar o ensino e refletir cuidadosamente sobre o seu planejamento.

Um elemento desse planejamento é um programa educacional individualizado, baseado em necessidades atuais e futuras do aluno. Nesse programa de ensino, os objetivos são identificados a partir do contexto de vida do aluno e das informações sobre o conhecimento e habilidades que ele tem, bem como sobre aqueles que deverá aprender.

Cabe ao professor identificar os objetivos específicos, com clareza e simplicidade, nas diversas oportunidades de ensino que o ambiente escolar; familiar; cultural; comunitário, oferecem. Por exemplo, se um aluno não sabe como cuidar de suas necessidades pessoais, estas serão relacionadas como objetivos de ensino. Mas, dizer que uma habilidade da área de autocuidados é escolhida como objetivo prioritário para o aluno não significa que somente esta habilidade deva ser ensinada. Enfatizam-se todos os aspectos da vida do aluno, como, por exemplo, o social, acadêmico, linguagem, que sejam relevantes para torná-lo independente e produtivo e capacitá-lo a viver bem em comunidade. Habilidades de autocuidados constituem uma área em que o aluno precisa ser independente. Os objetivos educacionais são determinados para sua imediata funcionalidade no trabalho e na vida diária.

O professor seleciona os objetivos de ensino a partir da coleta de informações em visitas domiciliares, entrevistas com a família e realização de observações direta do aluno em atividades da rotina. Nessas ocasiões, são identificados os comportamentos e conhecimentos que o aluno ainda não aprendeu, aqueles que são importantes para o aluno ser mais independente, e as habilidades que estão de acordo com a sua idade cronológica.

Todos os objetivos de ensino são importantes, desde que os conceitos ou as habilidades ensinadas sejam funcionais e possam ser utilizadas ao longo da vida dos alunos. No entanto, muitas escolas parecem insistir em produzir conhecimentos e habilidades não funcionais nos ambientes educacionais. A maioria dos programas educacionais para a população em geral, assim como para os alunos que têm dificuldade na aprendizagem, incluem o ensino para memorizar conceitos, tais como nomes de cores e formas, recortar, colar, apontar, escrever, etc. Ensinar cores é importante, mas tornar esse conhecimento funcional para o aluno é ainda mais importante. Utilizam-se cores no cotidiano quando se selecionam produtos em supermercados ou lojas, para identificar sinais de trânsito, distinguir roupas preferidas e não preferidas, distinguir os alimentos, discriminar objetos em que o conhecimento é necessário.

Desta maneira, discriminar cores passa a ser imediatamente funcional e amplamente aplicável em situações semelhantes. O mesmo ocorre com as habilidades de recortar, colar, pintar, desenhar, escrever, apontar, etc. que podem ser mais motivadoras e interessantes, quando houver a necessidade dessas habilidades em oportunidades reais que o cotidiano oferece. Por exemplo, a habilidade de recortar é útil, quando embrulhamos um presente, na realização de trabalhos artesanais com tecidos ou papéis, para abrir correspondência etc. Não ficamos recortando papéis ou outros objetos ao acaso. Nesse sentido, quando os objetivos de ensino são úteis e fazem parte do dia-a-dia, a maioria dos alunos recorda e retém a informação ou buscam o aperfeiçoamento no desempenho das atividades. Do contrário, passa-se muito tempo fazendo algo que não é muito interessante e que não resulta em conhecimento que se possa utilizar imediatamente. Como resultado, o educando enfrenta fracassos contínuos que o levam a frustração e a pouca motivação para aprender.

Faz-se necessário um ensino mais sistematizado e periódico, isto é, carecem de elaboração de procedimentos, bem como de estratégias verbais, visuais e

principalmente de realização até ser internalizado. Os procedimentos de ensino devem buscar a reprodução do convívio do aluno.

Finalmente, na organização do ensino funcional deve-se considerar um plano de avaliação que deve ocorrer durante todo o processo de ensino/aprendizagem. Na hipótese de fracasso ou não engajamento do aluno nas atividades, verifica-se a adequação dos objetivos de ensino e, principalmente, das estratégias de ensino às características individuais e analisa-se o desempenho do aluno nas atividades. Os dados dessas observações auxiliam o professor na revisão das condições de ensino, a promover mudanças nas estratégias e reavaliar o ensino durante o decorrer do tempo. Isso significa avaliar procedimentos e técnicas de ensino, seus efeitos e modificar o que for necessário para promover a aprendizagem. Assim. O papel do professor é o agente facilitador na situação do ensino/aprendizagem.

O currículo funcional, na educação especial, pode ser analisado no artigo: A Educação Especial no Marco do Currículo Escolar, MIRANDA (2000), diz que a adequada resposta às necessidades educativas especiais e comuns dos alunos exige dispor de um projeto educativo na escola, compartilhado por toda a comunidade educativa que assuma, tanto a nível conceitual, como metodológico e organizacional, a diversidade como fator inerente a todo grupo humano. Esse projeto escolar deve dar sentido a todas as atuações e serviços que possam precisar aos alunos, tendo sempre as situações mais inclusivas possíveis no ensino regular. Os recursos precisos para esta situação educativa, em quantidade suficiente e com a qualidade requerida em cada caso devem ser os recursos da escola, a qual deve assegurar a atenção específica aos alunos que dela precisam.

Para isso, a identificação das necessidades educativas de um aluno constitui ponto de partida para a determinação da atuação educacional que se concretiza no currículo escolar, assim como os recursos pessoais e materiais precisos para o processo educativo.

Determinadas informações sobre o desenvolvimento dos alunos: biológicos, intelectuais, lingüísticos, psicomotores, sociais e emocionais; compreendem um grupo de aspectos especialmente relevantes e ajudarão a conhecê-los em maior profundidade e ajustar melhor a resposta educativa que necessitam.

MIRANDA (2000), também salienta a participação dos pais que deve ser assegurado, essa colaboração entre família e escola tem conhecidos efeitos

positivos no desenvolvimento educativo de alunos com necessidades educativas especiais.

Ressalta que para oferecer uma resposta educativa ante a diversidade de alunos, uma proposta de currículo aberto, oferece um dos instrumentos mais valiosos. Assim, os professores contam com estratégias educativas que lhes permitirão alcançar a individualização do ensino: as adaptações curriculares.

As adaptações curriculares visam adequar o currículo às necessidades especiais dos alunos. Podem constituir alterações pouco expressivas ou muito significativas nos conteúdos, procedimentos didáticos e avaliativos, de modo a possibilitar o atingimento dos objetivos definidos para cada etapa educativa.

Essas adaptações curriculares que visam o acesso à aprendizagem podem incluir, segundo Manjón e Col. (1997):

- A criação de ambiente físico e material adequado às necessidades educacionais do aluno;
- A melhoria dos níveis de comunicação com os adultos e com os colegas;
- A adequação dos métodos, técnicas e procedimentos didático-pedagógicos para a aprendizagem e a sua integração social;
- A colocação do aluno nos grupos que favorecem a sua aprendizagem e a sua integração social;
- A organização do ambiente da sala de aula e das atividades de modo acessível a todos os alunos, inclusive aos que apresentem necessidades especiais;
- A introdução de atividades complementares ou substitutivas para o aluno alcançar os objetivos dos demais colegas;
- A supressão de atividades e objetivos educacionais que não estão ao alcance do aluno em decorrência de suas limitações ou que impeçam sua participação ativa no grupo;
- A substituição de objetivos e atividades por objetivos acessíveis, significativos e básicos para o aluno;
- A adaptação do tempo e dos critérios para o cumprimento dos objetivos, o desenvolvimento dos conteúdos e a realização do processo avaliatório.

Mesmo com todas essas possibilidades, nem sempre um currículo regular alterado atende às necessidades do aluno com deficiência múltipla. Muitas vezes, em decorrência da gravidade de suas deficiências, alguns requerem um currículo individual específico.

Além das adaptações, algumas recomendações podem ser observadas para sua educação:

- Apoiar o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, respeitando as particularidades de suas etapas evolutivas;
- Encorajar, estimular e valorizar a criança, interagindo afetivamente com ela, favorecendo sua auto-estima e reconhecendo suas conquistas e realizações;
- Desafiar a criança a participar, descobrir e criar;
- Adotar seu próprio desempenho como referência para avaliações.

Seguindo uma tendência internacional, a expressão adaptações curriculares passa a denominar toda e qualquer ação pedagógica que tenha a intenção de flexibilizar o currículo para oferecer respostas educativas às necessidades especiais dos alunos, no contexto escolar, conforme podemos constatar na definição de estudiosos da área:

Podemos definir as adaptações curriculares como modificações que é necessário realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica. As adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo inclusivo deve contar com adaptações para atender à diversidade das salas de aula, dos alunos (GARRIDO LANDIVAR, 1999, p. 53).

Diante dos números significados que essa terminologia sugere, é importante deixar claro o sentido que desejamos imprimir ao termo, de modo a não sugerir que tenhamos em mente que a escola deverá ter um currículo adaptado ou separado para alguns. A idéia é que a flexibilização/adaptação curricular seja uma prerrogativa para a celebração das diferenças em sala de aula, contrariando a idéia tradicional de que todos os alunos aprendem da mesma forma, com as mesmas estratégias metodológicas, com os mesmos materiais e no mesmo tempo/faixa etária. Ou seja, precisamos abolir a idéia de que teremos que adaptar o currículo

para aqueles que se diferenciam do grupo 'homogêneo' que, pretensamente, constitui as salas de aula.

As dificuldades de aprendizagem dos alunos que apresentam deficiências, altas habilidades/superdotação e condutas típicas manifestam-se com um contínuo, incluindo desde situações leves e transitórias que podem ser passíveis de intervenção pedagógica por meio do desenvolvimento das estratégias metodológicas utilizadas, cotidianamente, até situações mais graves e permanentes que requerem a utilização de recursos e serviços especializados para sua superação.

Ao contrário do que imagina a maioria dos educadores, adaptações curriculares não são desenvolvidas apenas pelos professores, em sala de aula, mas devem ser desenvolvidas em diferentes níveis de atuação:

- Nos Sistemas de Ensino (Secretaria Estadual e Municipal) – quando são desenvolvidas ações que promovam a acessibilidade, a contratação de profissionais de apoio, a formação continuada de professores, as mudanças na matriz curricular, a implantação e implementação de uma rede de apoio.
- No projeto Político-Pedagógico da escola – quando envolvem ações em que estejam contemplados todos os segmentos da comunidade escolar, além daquelas diretamente relacionadas ao planejamento e execução dos componentes curriculares:
- No planejamento do professor (sala de aula) – quando estiverem implicadas a utilização de estratégias metodológicas, atividades e recursos que melhor respondam as necessidades individuais dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Relembrando que as adaptações curriculares são o conjunto de ações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, nas atividades e metodologia para atender às diferenças individuais dos alunos.

Essa proposta de um currículo aberto, flexível e descentralizado requer um conjunto de medidas de política de desenvolvimento educacional imprescindíveis para a mudança que supõe a implantação do currículo proposto para tornar-se realidade na prática escolar.

As medidas que afetam a referida mudança referem-se a seis âmbitos distintos: formação do professor; materiais curriculares; serviços de apoio à escola; organização escolar; investigação educativa e avaliação.

GONZÁLES (2002) destaca a necessidade de um currículo em que a flexibilidade, a abertura, a autonomia e a adequação configuram-se como os seus aspectos definidores. Em relação à educação especial, um currículo delineado por essas características deverá:

1. Contemplar as necessidades educativas dos alunos;
2. Dar atenção à diversidade na aula;
3. Estimular a heterogeneidade;
4. Favorecer a individualização e a socialização do ensino;
5. Potencializar processos de colaboração reflexiva entre os profissionais;
6. Desenvolver intervenções pedagógicas para os alunos com necessidades educativas especiais em uma dimensão mais cognitiva;
7. Adaptar o currículo às necessidades educativas dos alunos.

Como princípios que regem as intervenções neste campo deve-se considerar: estruturar de forma ativas experiências e interações de maneira que sejam recíprocas; ajustá-las ao gosto e interesses das crianças; reforçar os comportamentos sociais; ter presente que as atividades mais importantes no desenvolvimento social são as resoluções de problemas, programar atividades para generalização.

Segundo o mesmo autor, um aspecto básico para uma vida adaptativa é o desenvolvimento da autonomia. Muitos dos objetivos desta área são aspectos chaves para facilitar a verdadeira integração em grupos sociais de referência. Esses objetivos se realizam em atividades diárias que devem ser incluídos no currículo como prioritários. Deve se começar trabalhando com os hábitos básicos como higiene, alimentação, cuidado pessoal, etc. Ainda o desenvolvimento da autonomia deverá centrar-se na aquisição de habilidades de autonomia pessoal tais como: saber orientar-se, deslocar-se sozinho ou ser capaz de utilizar os serviços comunitários de forma adequada. Esses objetivos vão sendo atingidos em etapas.

Com respeito ao como ensinar, objetivos e conteúdos aos alunos com necessidades especiais, alguns critérios metodológicos são recomendados pelo CMREE (1991), fomentar a motivação para a tarefa, aumentando a segurança do

aluno, partindo dos seus interesses e reforçando suas realizações. Utilizar formas de mediações que ajudem seu aprendizado sejam elas físicas, verbais ou visuais, selecionando-se as mais adequadas conforme o caso.

a) Análise e Descrição de atividades.

Atividade de vida diária.

- a) Conhecer e usar o ambiente da cozinha pedagógica {nome e função dos utensílios}, limpeza e organização do local.
 - Preparo da salada de frutas, combinando a fruta que cada aluno poderá trazer de casa e as que serão compradas no mercado. Os alunos manipularão as frutas confrontando idéias: as mais conhecidas, suas características; valor nutritivo, a importância da higiene na realização na salada de frutas para a degustação. Cada aluno irá se servir, lavar e secar o seu utensílio na medida de suas possibilidades. Poderão ser realizadas outras atividades na cozinha dentro da realidade do aluno;
 - Preparo do bolo;
 - Preparo da gelatina;
 - Passar margarina ou doce no pão e bolacha;
 - Preparo de suco e chá.

Atividade desenvolvida: Salada de frutas

Conversei com os alunos sobre a importância de comer frutas para se ter uma vida mais saudável. Solicitei que falassem sobre as frutas que já conheciam e que apresentei frutas que o grupo não conhecia. Os alunos em geral, identificaram somente as frutas mais comuns do seu meio.

Apresentei as seguintes frutas: banana, abacaxi, maçã, laranja, mamão e melão, explorando as frutas quanto ao tamanho, cor, forma, textura, benefícios e higiene. Em conversa formal relatei sobre o valor nutritivo de algumas frutas e a importância de consumi-las. Durante o lanche diário na escola algumas vezes é oferecido uma fruta, onde a professora procura chamar a atenção quanto às características dessa fruta, seu benefício e a importância de uma alimentação saudável.

Em um segundo momento os alunos agruparam as frutas, realizando a higiene e preparando a salada de frutas. O aluno “A”, apresentou dificuldades em picar a banana, demonstrando que em casa não realiza essa atividade. Os alunos “J” e “K” não conseguiram se servir sozinhos necessitando que a professora pegasse em sua mão para ajudá-los a se servirem, percebemos que normalmente pais e professores super protegem as pessoas com deficiências.

Somente o aluno “A” recusou-se a comer a salada de frutas, apesar de todo o incentivo dos colegas e a professora continuou se recusando.

Essa atividade foi bastante dinâmica e produtiva, onde os alunos ampliaram seus conhecimentos participando efetivamente de todo o processo.

Quando fomos preparar a salada de frutas observei a grande dificuldade de muitos alunos realizarem com independência essa atividade. Diante dessa situação percebemos o quanto é necessário que as atividades de vida diária sejam trabalhadas na escola e em casa com maior frequência para que esses indivíduos possam se tornar mais independentes.

No decorrer da intervenção pedagógica foram preparados bolo, gelatina, patê com a alface da horta com a participação efetiva dos alunos. Durante cada atividade realizada na cozinha são explorados os ingredientes e utensílios utilizados. Após o término de cada atividade é realizada a limpeza e organização da cozinha com a participação dos alunos e feito o registro.

Realizar no banheiro a higiene pessoal sugerida no material didático, após o recreio e lanche todos os dias; levando o aluno a perceber a necessidade e importância da mesma para a manutenção da saúde:

- Lavar e secar as mãos;
- Escovar os dentes

Atividade desenvolvida: Higiene pessoal após o lanche.

Diariamente como parte da rotina do dia, os alunos após o lanche realizam a higiene. Necessitam estimulação para pegar seu material de higiene e se dirigirem ao banheiro. Os alunos na sala de aula colocam na escova a pasta na quantidade adequada sob orientação da professora e dirigem-se ao banheiro. A professora acompanha cada aluno na escovação fazendo as intervenções necessárias. O aluno “F” ainda não consegue fazer o bochecho e engole a água, já o aluno “A” que no início mostrava-se dependente, sem iniciativa e super protegido pela mãe agora

mostra-se independente na realização da atividade. Após a escovação, lavam e secam as mãos com papel toalha, o aluno “J” que no início pegava o papel toalha sem controle na quantidade para enxugar as mãos já consegue perceber a necessidade de pegar apenas duas folhas.

Ao término desta tarefa, todos vão para a sala e guardam seus materiais de higiene no armário sob a orientação da professora. Observou-se progressos significativos em cada aluno ao realizarem esta atividade.

Estimular o educando a preparar o seu lanche no refeitório quando for possível e a servir-se com independência progressivamente. Colocar seus utensílios no balcão da cozinha após lanchar.

Atividade desenvolvida no refeitório no horário do lanche

A hora do lanche é considerada um momento pedagógico, pois os alunos são estimulados a comerem adequadamente e com independência, servindo-se sozinho, colando seus utensílios no balcão da cozinha após lanchar e ajudando na limpeza do refeitório.

Antecipadamente preparam seu lanche quando é possível: passam doce na bolacha, cortam o pão e colocam queijo e presunto etc.

O aluno “A” necessita de auxílio para por a sopa no prato não apresentando controle nos seus movimentos. Necessita vivenciar mais esta atividade envolvendo a família para que a mesma também oportunize este momento. O aluno “F” também apresenta algumas dificuldades: alimentando-se muito rápido e não apresentando controle da quantidade suficiente, fazendo-se necessário estar sempre pontuando.

Os alunos estão progressivamente alimentando-se melhor. A aluno “J” e o aluno “P” já conseguem colocar a comida no prato e o suco no copo sem derramarem.

Atividade Produtiva

Pintar latas e colar figuras decorativas para vender e arrecadar fundos para fazer um lanche fora da escola.

Atividade desenvolvida: Pintura de latas

Os alunos participam na realização de trabalhos artesanais com o objetivo de desenvolver suas habilidades. É dada uma função para cada produto confeccionado.

Uma vez por semana foi realizada a pintura de latas. Cada aluno recebeu uma lata de variados tamanhos para pintar utilizando tinta e pincel. Os alunos “A”, “B”, “K” e “F” necessitaram de apoio constante para realizar a atividade. Já os alunos “P”, “G” e “J” são mais independentes e receberam apenas algumas informações. Após o término da atividade foram ao banheiro lavar as mãos e os pincéis sob a orientação da professora. Os alunos ajudaram a professora a fazer o acabamento colando uma figura e passando o verniz na lata. No final da atividade os alunos com a professora saíram para efetuar a venda do produto para os funcionários da escola.

Os alunos demonstraram grande satisfação em receber o dinheiro, pois sabiam que iriam utilizar esta arrecadação para fazer um lanche no final do semestre.

Atividade de Socialização

Possibilitar o desenvolvimento de comportamentos e atitudes adequadas para o convívio social com a realização de um lanche em uma pizzaria.

Atividade desenvolvida: lanche na pizzaria

Como acertado anteriormente com aos alunos, a arrecadação da venda das latas decoradas foi agendada uma visita a uma pizzaria onde realizamos um lanche.

Todos os alunos estavam muito empolgados em realizar este passeio. Ao chegarmos no local fomos muito bem recebidos pelos funcionários que nos levaram até a mesa. Os alunos “B” e “J” conversaram com os funcionários que ficaram muito admirados com a educação dos mesmos. Todos lancharam sob a orientação da professora e atendente, comportaram-se adequadamente e surpreenderam a todos que ali estavam. No final do lanche os funcionários elogiaram o comportamento dos alunos dizendo que os alunos “ditos normais”, de modo geral não apresentam tal comportamento. Para a surpresa de todos os funcionários haviam preparado uma lembrança para cada aluno que ao receberem ficaram muito felizes.

Observamos que esta atividade elevou a auto-estima dos nossos jovens, isto se refletiu no comportamento e na fisionomia alegres dos mesmos.

Atividade de Psicomotricidade

Realizar atividades variadas de psicomotricidade na quadra, explorando o corpo, lateralidade, estruturação e organização espacial, postura, equilíbrio, locomoção e coordenação motora ampla.

Atividade desenvolvida: Explorando o Corpo.

Os alunos manipularam as bexigas de diversas maneiras: com as mãos, com os pés, com a cabeça e com o corpo.

Observou-se durante a atividade que o aluno “A” permaneceu o tempo todo isolado do grupo, não interagindo, ficando calado e retraído.

A aluna “K” é dispersa e na brincadeira com a bola havia necessidade de seguir orientações, houve a intervenção da professora para ajudá-la, mas ela recusava-se a seguir as regras do jogo querendo somente brincar com a bola do seu jeito.

O aluno “F” está interagindo melhor com o grupo, mostrando-se participativo em colaborar e o aluno “J” está sempre atento, chamando à atenção dos colegas para realizarem corretamente a atividade. Observei que os educandos estão fazendo relações sociais através de movimentos, explorando o corpo de maneira mais natural e expressiva.

Obs. Todas as atividades realizadas serão feitas pelo aluno com ajuda do professor. Retirar progressivamente a ajuda até que seja capaz de executar a tarefa apenas com supervisão.

Sempre que possível às atividades vivenciadas pelos alunos serão sistematizadas em sala.

4 CONCLUSÃO

Dentre as dificuldades atuais encontradas na educação de alunos com deficiência intelectual em nosso país, estão a falta de conhecimento sobre quais as

limitações e habilidades que essas pessoas possuem, a capacidade do profissional que os que atendem, e a escolha de um currículo educacional adequado para o desenvolvimento integral destes alunos.

A abordagem do Currículo Funcional tem sido uma proposta defendida para a educação desses jovens, levando em consideração aspectos importantes para o processo de integração, desenvolvimento de habilidades funcionais que estejam vinculadas a qualidade de vida e a adequação de idade cronológica, priorizando o ambiente natural do aluno para realização das atividades e também a participação efetiva dos pais para que paralelamente oportunizem a seus filhos desenvolverem tarefas do seu cotidiano.

O presente projeto do Currículo Funcional apresenta alternativas para nossos alunos adquirirem maior autonomia, independência e alcançarem melhor desempenho no seu dia-a-dia.

Nosso trabalho foi gratificante, pois, nossa intervenção como professoras nesse processo de mediação foi baseado na credibilidade das mudanças.

A teoria de Feurstein citado por FONSECA (1995), muito contribuiu para nossa prática pedagógica. Como mediadores devemos provocar situações nas quais o aluno necessite pensar, colaborar para a melhoria da sua auto-imagem.

No trabalho com o deficiente intelectual, qualquer intervenção tem que ter como primeiro objetivo o desenvolvimento da identidade positiva, de auto-imagem sadia e da autoconfiança.

Segundo FERREIRA (1990), a aprendizagem é um processo vincular, dois personagens – quem ensina e quem aprende – um vínculo que se estabelece entre ambos, sendo que é no íntimo deste vínculo humano, que se processa a aprendizagem.

O Currículo Funcional vem sendo desenvolvido em nossa escola, pois sentimos a necessidade da elaboração e da prática deste projeto na medida em que a idade dos nossos alunos mais comprometidos foi avançando e teríamos que conhecer mais para atender com qualidade esses educandos.

Este projeto veio enriquecer com novas experiências e um conjunto de atividades adequadas, vivenciadas no cotidiano do nosso trabalho, como mediadoras da construção do conhecimento.

Os resultados alcançados demonstraram aspectos como: melhoria no relacionamento entre os alunos, na disciplina, crescimento pessoal, autonomia,

melhoria da auto-estima e a confiança em si próprio. Acreditamos que dessa forma nossos adolescentes terão maiores condições de construir sua cidadania e se tornarem indivíduos produtivos e participativos do processo de desenvolvimento pessoal e social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. C. Secretário de Educação de Porto Alegre. (HYPERLINK "mailto:joseclovis@med.prefpoa.com.Br), 1997.

BARRON, A. **Pedagogia Intercultural**. In AAVV Educacion Multicultural e Intercultura. Granada: Impresdisur, 1992.

BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Adaptações Curriculares** – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especial. Brasília: MEC/SEED, 1999.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: Ministério da Educação e Desporto/SEED, 1998.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Trad. Edílson A.da Cunha. Corde, 1994.

BRASIL, **constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, r. e. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

COLL, C. **Psicologia e currículo**: uma aproximação psipedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Ática, 1996.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULOS INCLUSIVOS. DEE/SEEDPR0 Governo do Paraná, 2006.

FALVEY, M. A . **Community**: Based Curriculum Instructional Strategies for students whit Severe Handicaps. Baltimore: Paulo Brooks, 1982.

FONSECA, V. **Educação Especial**: Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às idéias de Feuerstein. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FORQUIM, J>C. **As Abordagens Sociológicas do Currículo**: orientações Teóricas e Perspectivas de Pesquisa. Porto alegre: Educação & Realidade, 1996.

FREIRE, P. **pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa**. Paz e Terra, 2007.

GONZÁLEZ, J. A.T. **Educação e Diversidade: Bases Didáticas e Organizativas**. Trad. Ernani rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9394 de 20/12/96**. Rio de Janeiro: Casa Editorial Pargos, 1997.

LE BLANC, J. M. **El Currículo Funcional em la Educación de La Persona com Retardo mental**, 1992.

MINAYO. M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: vozes, 2001.

MIRANDA, T. G. **A Educação Especial no Marco do Currículo Escolar**. UFBA, Faculdade de Educação. Salvador, 2000.

MOREIRA, A.F; SILVA, T. T, **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

PASTOR, G. C. **Uma Escolea Comum para Ninos Diferentes: La Integracion Escolar**. Barcelona: EUB, 2 ed revisada e atualizada, 1995.

SAVIANI,. D. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.

SAVIANI, N. **Saber Escolar, Currículo e Didática**. Autores associados, 1994.

SEED – Secretaria de Educação Especial. Série: **Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2006.

SEED – Secretaria de Educação Especial,. Série: Saberes e Práticas da Inclusão. MEC, 2006.

TORRE, S. de La. **Didática Y Cuirriculo: Bases Y Compnentes Del Processo Formativ**. Madi, Dykinson, 1993.